ISSN: 2674-9270
Volume. 7, n. 2, ago./dez. 2025

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

# Processo de Reformulação do PCC do Curso de Informática: Análise da Participação Democrática

**Juliana Rocha Silva Leal**
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT - IFNMG)
E-mail: julianarsleal@gmail.com

**Valdívia Caldeira de Souza**
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT - IFNMG)
E-mail: valdivia.souza@ifnmg.edu.br

**Andrea Flores Oliveira**
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT - IFNMG)
E-mail: andrea.oliveira@ifnmg.edu.br

**Admilson Eustáquio Prates**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
E-mail: admilson.prates@ifnmg.edu.br

***DOI:*** *https://doi.org/10.46636/recital.v7i2.557*

**Como citar este artigo:** LEAL, Juliana Rocha Silva Leal; SOUZA, Valdívia Caldeira de; OLIVEIRA, Andrea Flores; PRATES, Admilson Eustáquio. Processo de Reformulação do PCC do Curso de Informática: Análise da Participação Democrática. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 2, p. 111–129, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i2.557. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/557.

***Recebido:*** *10 Mai. 2024*

***Aceito:*** *25 Jun. 2025*

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

# Processo de Reformulação do PCC do Curso de Informática: Análise da Participação Democrática


## RESUMO

Este estudo centra-se na análise do processo de reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no IFNMG Campus Araçuaí. A investigação abrange as práticas orientadoras desse processo, com foco na participação da comunidade escolar. Busca identificar os fatores que evidenciam ou não essa participação, e verificar se os anseios e expectativas daqueles que participaram de sua reestruturação foram atendidos. Além disso, examina as possibilidades e vantagens de contemplar essas demandas no novo documento elaborado. Utilizando pesquisas bibliográficas e documentais, as informações coletadas foram relevantes para o fornecimento de dados a serem analisados. Com base nesses dados, foi possível propor adequação de ações a fim de uma participação ampla e inclusiva de todos os envolvidos no processo de reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, visando fortalecer a participação de todos os segmentos da comunidade escolar no processo de ensino e aprendizagem. Essas contribuições não apenas orientam melhorias práticas, mas também instigam reflexões e futuras discussões sobre o planejamento participativo, alimentando um diálogo contínuo e aprimorando a qualidade do ensino.

**Palavras-chave:** Projeto Pedagógico de Curso. Organização e Gestão Escolar. Participação Democrática. Ensino Médio Integrado.

# *Reformulation Process of the Computer Science Course's PPC: Analysis of Democratic Participation*


## ABSTRACT

This study focuses on analyzing the process of reformulating the Pedagogical Project of the Course (PPC) of the Integrated High School Technical Course in Computing at IFNMG Campus Araçuaí. The research explores the guiding practices of this process, emphasizing the participation of the school community. It aims to identify the factors that confirm or not such participation, as well as to verify whether the expectations and aspirations of those involved in the restructuring were addressed. Furthermore, it examines the possibilities and advantages of incorporating these demands into the newly developed document. Based on bibliographic and documentary research, the data collected proved relevant for the proposed analysis. These findings enabled the proposition of actions to ensure broad and inclusive participation of all stakeholders in the PPC reformulation process, aiming to strengthen the involvement of all segments of the school community in the teaching and learning process. These contributions not only guide practical improvements but also stimulate reflection and future discussions on participatory planning, fostering continuous dialogue and enhancing the quality of education.

**Keywords:** Pedagogical Project of the Course. School Organization and Management. Democratic Participation. Integrated High School.

## INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo central analisar o processo de reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, oferecido pelo IFNMG Campus Araçuaí, com um enfoque especial na investigação sobre a participação da comunidade escolar [1] neste processo. Esta investigação é parte integrante de um esforço mais amplo para compreender a dinâmica da participação democrática no decurso de reorganização desse documento em questão.

Neste percurso, consideramos abordagens metodológicas qualitativas, adotando como técnica a pesquisa bibliográfica, utilizando autores como Paulo Freire, Maria Ciavatta, José Carlos Libâneo, Ilma Passos Alencastro Veiga, dentre outros e documental através da análise de atas e portarias que apresentam registros relacionados ao processo de reformulação dos PPCs, bem como os próprios PPCs. Este trabalho encontra-se perpassado por análise das percepções e práticas observadas nos referidos documentos.

O eixo central deste estudo analisou de que forma a reformulação do PPC se direcionou para a afirmação da participação da comunidade escolar na sua construção. Ademais, buscou-se identificar quais reivindicações do público-alvo expressas nas diretrizes apresentadas no documento em questão, PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio oferecido pelo IFNMG Campus Araçuaí, foram possíveis atender.

Com esta análise, propõe-se uma compreensão mais abrangente da participação da comunidade escolar no processo de reformulação do PPC, reconhecendo sua relevância na promoção de uma gestão democrática no âmbito educacional.

Diante desse contexto, este artigo está organizado de forma a contextualizar o tema e os objetivos da pesquisa, apresentar os fundamentos teóricos que a sustentam, descrever o percurso metodológico, discutir os resultados obtidos e, por fim, expor as considerações finais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### FORMAÇÃO INTEGRADA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação conforme prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, tem como finalidade "[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1996). A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional que com vistas a cumprir esses objetivos da educação nacional. Conecta-se a outras modalidades de educação, abrangendo diversos níveis de ensino e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, contribuindo para que o estudante possa se inserir e atuar no mundo do trabalho[2] e na vida em sociedade.

[1] Comunidade Escolar segundo Beatriz de Basto Teixeira (2000) "Refere-se aos segmentos que participam, de alguma maneira, do processo educativo desenvolvido em uma escola. Na maioria dos casos em que a expressão é mencionada, agrupa professores, funcionários, pais e alunos".

[2] O mundo do trabalho é uma categoria ampla, difusa e complexa, característica e fundamento da sociedade, pois lugar privilegiado que abriga grande parte da atividade humana. Ele é uma categorização ampla, porque possibilita congregar conceitos como trabalho, relações de trabalho, vínculo empregatício, mercado de trabalho, salário, tecnologia, troca, lucro, capital, organizações, controle, poder, sociabilidades, cultura, relações de comunicação (Figaro, 2008, p. 93).

Segundo Brasil (2022), a EPT oferece cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, graduação tecnológica e pós-graduação, organizados de forma a propiciar a integração dos estudos. De acordo com a LDB, os cursos técnicos de nível médio são ofertados nas formas integrada, concomitante e subsequente. Na forma concomitante, há matrículas distintas para o ensino técnico e o médio, podendo ser ofertados por instituições diferentes ou não. A forma subsequente é voltada a quem já concluiu o Ensino Médio. Já na forma integrada, o estudante cursa, em uma única matrícula e instituição, o Ensino Médio e a formação técnica (Brasil, 2022).

A organização do Ensino Médio Integrado deve assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e a preparação para o exercício de profissões técnicas. Conforme Ramos (2008), o Decreto nº 5.154/2004 foi fundamental na tentativa de responder às necessidades dos trabalhadores por meio de uma educação integrada, que una formação básica e profissional, superando propostas focadas apenas em habilidades procedimentais.

Segundo a autora, essa concepção inclui dois pilares: uma escola unitária, que garanta a todos o acesso ao conhecimento, e uma educação politécnica que integre cultura, ciência e trabalho. Nesse sentido, a educação integral não se limita a simples extensão da jornada escolar, mas compreende uma proposta muito mais ampla que busca a formação humana integral, conforme defendida por Bakunin (1979), que valoriza a superação da divisão entre trabalho manual e intelectual. Isso implica não apenas incentivar a aprendizagem em múltiplas áreas do conhecimento, mas também formar sujeitos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e capazes de lutar por sua transformação em direção a uma realidade mais justa e igualitária.

No tocante à regulamentação da oferta, segundo Brasil (2020), o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT[3]) atualizado periodicamente pelo Ministério da Educação, o CNCT orienta e informa instituições de ensino, estudantes, empresas e a sociedade em geral. O documento também apresenta as qualificações e perfis profissionais, subsidiando o planejamento curricular dos cursos e respondendo às novas demandas socioeducacionais e do mundo do trabalho (Brasil, 2020; Brasil, 2022).

Dessa forma, o Ensino Médio Integrado, articulado à EPT, destaca-se como uma alternativa formativa que busca a superação da fragmentação entre formação geral e profissional. Ao propiciar uma proposta curricular integrada e contextualizada, contribui para o desenvolvimento de uma educação comprometida com a emancipação dos sujeitos, com a construção de uma sociedade mais equânime e com a formação de cidadãos aptos a compreender e intervir criticamente na realidade em que estão inseridos.

## ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E GESTÃO: UM OLHAR PARA A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Partindo-se do conceito de Libâneo (2012), que reconhece que, embora algumas características da organização escolar decorram de práticas administrativas em geral, existem elementos específicos que a distingue de empresas industriais ou comerciais por exemplo. Isso ocorre devido aos principais objetivos da educação, que se concentram na formação de

[3] O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da #Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 (link: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-15-de-dezembro-de-2020-294347656), disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral. Seu conteúdo é atualizado periodicamente pelo Ministério da Educação para contemplar novas demandas socioeducacionais.

indivíduos e não na produção de bens ou disponibilização de serviços. Na educação, o desempenho das práticas pedagógicas envolve uma ação coletiva de profissionais que geralmente possuem formação e qualificações semelhantes, o que influencia na prioridade dada à colaboração em detrimento da hierarquia. Nesse sentido "[...] a organização escolar define-se como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si intencionalmente operando por meio de estruturas e de processos organizativos próprios a fim de alcançar objetivos educacionais" (Libâneo, 2012, p. 437).

Por se tratar de uma organização imbuída de relações humanas, faz-se necessário considerar a importância da cultura organizacional, caracterizada por elementos informais que se referem "[...] aos comportamentos, opiniões, ações e formas de relacionamento que surgem espontaneamente entre os membros do grupo [...] pontos de ligação com áreas de atuação da organização e da gestão da escola" (Libâneo, 2012, p. 439, 442).

Sendo um elemento de fundamental importância no contexto educacional, a gestão escolar é caracterizada como um processo de administração e organização de uma instituição de ensino, que envolve a tomada de decisões diversas com objetivo de criar um ambiente propício à aprendizagem dos educandos. Com atuação direcionada ao planejamento, implementação e avaliação de assuntos políticos, pedagógicos, de escrituração, aplicação de recursos financeiros e gestão de recursos humanos, dentre outros, desempenha um papel crucial na determinação na qualidade do ensino e alcance dos objetivos educacionais propostos.

A gestão escolar, pode ser realizada segundo diversas concepções, sendo que tanto o contexto educacional, quanto a cultura organizacional, além dos objetivos específicos serão determinantes no modelo de gestão escolar empregada. Pode ser adotado um formato mais centralizado, onde as decisões são tomadas por um diretor ou equipe de liderança, ou uma forma mais democrática e participativa, que envolve a comunidade escolar nos processos de decisões.

É imprescindível que a gestão escolar se paute nos princípios da gestão participativa, de modo que possibilite o envolvimento da comunidade escolar para que se promova a superação das relações autoritárias pelas dialógicas. Faz-se necessário estabelecer um equilíbrio entre os procedimentos burocráticos, necessários para a legitimidade e a estrutura hierárquica da escola, e a flexibilidade por meio de outras formas organizacionais, como administração compartilhada, a seleção de dirigentes por meio de eleição e a gestão por meio de conselhos, entre outros arranjos (Libânio, 2012).

Acredita-se que as dimensões política e pedagógica são inseparáveis, devendo ser cuidadosamente entrelaçadas na construção do Projeto Pedagógico. Este processo de construção se solidifica em um ambiente de reflexões contínuas e participação abrangente, refletindo a essência dinâmica e integrada desses elementos. Nesse sentido, Veiga (1995) ressalta:

> O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, 1995, p. 13).

A dimensão pedagógica, conforme destacada por Veiga, é o espaço onde a intencionalidade da escola se efetiva. A formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo não é um fim em si mesmo, mas uma aspiração que requer a coletividade e a diversidade de pensamentos para ser plenamente alcançada. É no projeto pedagógico que as ações educativas são delineadas, e é na participação democrática que essas ações ganham legitimidade e representatividade.

Ao promover a participação democrática na elaboração do projeto pedagógico, a escola não apenas atende às demandas da comunidade, mas também reforça os valores fundamentais da democracia, preparando os estudantes para serem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa. A democracia na elaboração do projeto pedagógico é, portanto, um compromisso vivo com a emancipação e a formação integral dos indivíduos.

Assim, concluímos que a participação democrática não é apenas um meio para um fim educacional, mas um princípio orientador que molda a própria natureza do projeto pedagógico. É através dessa participação que a escola se torna não apenas um espaço de aprendizado, mas uma comunidade de aprendizes comprometida com a construção de um futuro mais inclusivo, igualitário e participativo.

## PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO: INSTRUMENTO ORIENTADOR E POLÍTICO NA EDUCAÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) representa o guia fundamental que orienta o processo educativo, destacando as concepções filosóficas, políticas e teórico-metodológicas, assim como os objetivos, planejamento estrutural e métodos de avaliação do curso. O PPC é, portanto, um artefato essencial que não apenas fornece a base para a formação dos educandos, mas atuando como um facilitador da integração e articulação entre ciência, tecnologia e cultura. Sua importância reside na contribuição significativa para a formação humana integral dos estudantes, consolidando a materialização de uma educação integrada que prepara os educandos de maneira abrangente para os desafios do mundo contemporâneo. Nesse sentido Ciavatta (2012) propõe que a formação humana deve assegurar ao trabalhador o direito à compreensão crítica das relações sociais e à atuação cidadã.

Por esse viés, considera-se o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) como um recurso fundamental para garantir a concretização das intenções educacionais em ações práticas, impulsionando uma formação completa e alinhada aos valores desejados para a formação dos estudantes. Nesse sentido, Moreira e Tadeu (2013) concordam que:

> O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressado do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas. O currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal -- ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (Moreira; Tadeu, 2013, p. 3).

Torna-se imperativo que a fundamentação do currículo integrado esteja devidamente registrada na documentação institucional e na estruturação do trabalho pedagógico. Isso implica na busca por práticas pedagógicas que promovam a integração dos currículos, envolvendo ativamente todos os participantes do processo, incluindo estudantes, professores, coordenadores de curso, pedagogos, técnicos educacionais, bibliotecários, direção, assistentes de alunos, psicólogos e assistente social.

Veiga (1998) delineia três etapas fundamentais na construção do PPC: a etapa Situacional, que retrata a realidade atual da escola; a etapa Conceitual, que se refere aos valores sociais e individuais idealizados a serem instilados; e a etapa Operacional, que diz respeito à implementação prática das ações pedagógicas. No entanto, para que o PPC reflita genuinamente as aspirações da escola e de sua comunidade, emergindo dessas etapas Situacional, Conceitual e Operacional, é imperativo empreender um processo democrático. Isso implica em processos de escuta e escrita colaborativos e inclusivos, respeitando todos os interessados dentro e além dos limites da escola.

Sendo o PPC um documento oficial indispensável para organização e efetivação da proposta pedagógica de uma instituição de ensino. Sua relevância consiste na capacidade de guiar o planejamento e a execução das práticas educacionais, proporcionando uma formação sólida e alinhada aos padrões legais estabelecidos. Para Vasconcelos (2004), o PPC é:

> É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (Vasconcelos, 2004, p. 169).

O PPC é um documento dinâmico, que nunca é definitivo, mas sim uma síntese em constante evolução de um processo de Planejamento Participativo. Isso significa que o PPC deve ser um instrumento elaborado com a participação de diversos atores da comunidade escolar e que está sempre sujeito a revisões e ajustes conforme as necessidades e contextos que se apresentam.

A revisão periódica do PPC, motivada pela atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), é essencial para garantir a conformidade legal e a qualidade do ensino. Mais do que atender a uma exigência normativa, esse processo permite a incorporação de inovações e a adaptação constante do curso às transformações tecnológicas, sociais e, assim, mantendo a relevância e a pertinência do programa educacional.

Considerando o significado da palavra projeto, que quer dizer “[...] plano ou intenção de fazer algo no futuro; plano esquema detalhado de construção; esboço” (Terra, 2017, p. 851). E trazendo para o campo da educação, compreende-se que trata de um planejamento essencial com a definição de todos os aspectos relacionados a intencionalidade formativa de um curso oferecido por uma instituição de ensino, seja ele de nível superior, médio, técnico ou fundamental.

Como um guia que orienta a oferta e a execução do curso, entende-se que este deve apresentar informações detalhadas quanto à identificação, justificativa, aos objetivos, componentes curriculares, metodologias de ensino, avaliação, perfil do corpo docente e discente, recursos necessários e outros aspectos relevantes. Além disso, o PPC tem como objetivo definir de forma clara o tipo de ação educativa que a instituição pretende realizar. Ou seja, ele serve como um guia que orienta as práticas pedagógicas da escola, delineando seus objetivos, valores e metodologias de ensino.

Segundo Vasconcelos (2004) o PPC é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. Isso significa que ele não apenas descreve as práticas educativas da escola, mas também busca promover transformações e melhorias, tanto no âmbito interno da instituição quanto na relação com a comunidade e o contexto social mais amplo. Desempenha um papel fundamental na organização e integração das atividades

práticas da instituição, contribuindo para o processo de transformação e melhoria contínua da educação oferecida pela escola.

O PPC, é um documento de referência que requer submissão e aprovação dos órgãos competentes, no âmbito dos correspondentes sistemas de ensino, nos termos da legislação em vigor para autorização do curso, conforme Brasil (2021). Essa submissão e aprovação garantem não apenas a conformidade legal do curso, mas também asseguram a qualidade e a validade da proposta pedagógica apresentada. É por meio desse processo que o curso é oficialmente reconhecido e habilitado para oferecer uma educação de excelência, atendendo aos padrões estabelecidos pelas autoridades educacionais.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) também se estabelece como uma referência fundamental para modificações futuras, pois reúne informações essenciais que orientam docentes e coordenadores na identificação da necessidade de revisões e atualizações. Sendo assim, considera-se o PPC como um processo contínuo que deve ser compreendido como um documento vivo, que está sempre em construção e adequação às necessidades e realidades da comunidade escolar.

Um PPC efetivo demanda engajamento e participação de todos os membros da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, estudantes, pais e servidores de cargo técnico administrativo. Esse envolvimento coletivo é fundamental para que o projeto seja constantemente revisado, atualizado e melhorado. Dessa forma, o PPC não se trata apenas de um documento burocrático, mas de um processo de planejamento e reflexão que visa orientar as ações e práticas educacionais da instituição.

É considerável a relevância dos itens que compõem a estrutura do PPC enquanto documento. No entanto, é necessário considerar aspectos que vão para além da organização e planejamento das ações, pois segundo Veiga, (1998):

> Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. (...) O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente (Veiga,1998, p.1 -2).

Por esse âmbito, o Projeto Pedagógico de Curso, embora tenha sua ênfase no direcionamento da organização curricular e as práticas educativas, também possui uma dimensão política. Suas decisões são influenciadas pelo contexto mais amplo da educação, ajustando-se às políticas públicas, diretrizes do governo, e interesses da sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, Gadotti (1994), considera que:

> Frequentemente se confunde projeto com um **plano**. Certamente o plano diretor da escola - como conjunto de objetivos, metas e procedimentos - faz parte do seu projeto. Mas não é todo o seu projeto (...). Não se levanta um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político (Gadotti, 1994, p. 576-577, grifo do autor).

Assim podemos perceber que a dimensão política está profundamente conectada à intencionalidade do Projeto Pedagógico de Curso, refletindo um compromisso com a formação de cidadãos aptos a contribuir para a construção de uma determinada sociedade. Ao longo da evolução das iniciativas educacionais, essas se moldaram e adaptaram às mudanças na organização social, muitas vezes subordinadas aos interesses da elite. Em consonância com essa reflexão, Krupskaya (2017) destaca que, independentemente do sistema de governo, seja

ele monárquico ou republicano, a escola é percebida como uma ferramenta para dominar intelectualmente os estratos mais amplos da sociedade.

Educação integral não significa aumento da carga horária dos alunos na escola. Dessa forma, é essencial que o Projeto Pedagógico de Curso incorpore a concepção de formação humana integral, garantindo que a educação oferecida esteja voltada para o desenvolvimento completo do indivíduo em seus aspectos físicos, intelectuais, sociais e emocionais.

O Projeto Pedagógico de Curso que enfatiza a formação humana integral alinha-se à concepção de educação que vai além do repasse de conhecimentos acadêmicos, buscando proporcionar aos sujeitos competências e habilidades que os preparem para ser cidadãos críticos, autônomos e éticos.

Esse alinhamento se traduz em uma abordagem educacional que ultrapassa as fronteiras disciplinares convencionais e supera a dicotomia entre conhecimentos práticos e teóricos. A quebra de barreiras entre diferentes áreas do conhecimento promove uma compreensão mais ampla da realidade favorecendo não apenas a formação acadêmica, mas também estimulando uma participação mais ativa na sociedade. Ao promover a integração entre teoria e prática, possibilita-se aos alunos aplicarem seus conhecimentos de maneira efetiva, contribuindo para a resolução de problemas reais e tornando-se agentes de mudança em suas comunidades.

Nesse contexto, reconhecendo o caráter político intrínseco, e a sua relevância para o alcance de uma educação focada na formação integral, torna-se essencial promover uma reflexão contínua sobre o PPC. Esse não é apenas um documento burocrático, mas uma ferramenta dinâmica que molda a experiência educacional e, por consequência, a formação dos indivíduos que compõem a comunidade escolar. A participação ativa de todos os membros, é fundamental para assegurar que o projeto atenda efetivamente aos objetivos de uma educação integral e alinhada aos valores da sociedade. Portanto, a reflexão contínua sobre o PPC reflete o compromisso com a constante melhoria e adequação da proposta pedagógica para atender às necessidades em evolução dos estudantes e da comunidade como um todo.

Outra relevante característica que deve ser considerada nessas discussões, está relacionada à gestão democrática e à autonomia das instituições de ensino, para que a construção coletiva do PPC seja viabilizada, atendendo ao cenário de diversidade em que as escolas se encontram inseridas.

Sendo a gestão democrática um princípio fundamentado na Constituição Federal de 1988 e consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96), estabelece diretrizes específicas para a administração participativa do ensino público na educação básica. Esse princípio fundamentado na Constituição Federal de 1988 e consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96), estabelece normas específicas para o gerenciamento participativo do ensino público na educação básica. De acordo com suas peculiaridades, são definidos princípios essenciais, entre os quais se destacam: “I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes” (Brasil, 1996).

A autonomia, uma condição relativa às instituições de ensino com base na Lei nº 11.892/08, estabelece a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, abrangendo os Institutos Federais de Educação. Esses institutos são caracterizados como autarquias administrativas, estabelecidas por lei, conferindo-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, típicas das autarquias. No entanto,

é importante ressaltar que, mesmo sendo autônomas, essas instituições estão sujeitas à observância da legislação superiores, não possuindo a prerrogativa de legislar independentemente.

Sob essa perspectiva, é fundamental destacar a gestão democrática, fundamentada no diálogo e na colaboração, como um elemento essencial para a concretização efetiva do Projeto Político-Pedagógico (PPC) na prática da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O PPC, como documento político e orientador, apresenta-se como um instrumento válido para impulsionar uma educação profissional que busca o desenvolvimento abrangente do estudante em todas as suas dimensões. Essa abordagem está alinhada à compreensão de que "[...] autonomia e gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico" (Gadotti, 1994, p.577).

Isso se deve ao fato de que em uma gestão participativa, onde os membros da comunidade têm acesso às informações estão e se sentem incluídos nas decisões, há uma compreensão mais clara do funcionamento da escola, permitindo que se unam para garantir que os interesses da maioria sejam considerados. Sendo assim a construção coletiva de um projeto político pedagógico é uma das formas de a escola se organizar de modo a promover a qualidade do ensino (Gadotti, 2003).

Essa abordagem colaborativa e inclusiva permite que a comunidade escolar, ao contribuir ativamente na elaboração desse projeto, alinhe-se aos valores, necessidades e aspirações locais. Dessa forma, não apenas a administração escolar, mas toda a comunidade, engajada e informada, torna-se corresponsável pelo desenvolvimento do processo educativo, refletindo a verdadeira essência de uma educação participativa.

## METODOLOGIA E RESULTADOS

A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo análise de atas, portarias, documentos institucionais e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Essa escolha metodológica foi motivada pela natureza interpretativa da investigação, que buscou respaldo teórico para analisar o conteúdo da Portaria que designou os servidores responsáveis por compor a Comissão de Reformulação do PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no IFNMG *Campus* Araçuaí.

Foram também examinadas atas de reuniões realizadas com diferentes segmentos da comunidade escolar para discutir propostas de alterações curriculares. Os registros da escuta ativa dos alunos — por meio de reuniões com representantes de turma e de depoimentos registrados em atividade de oitiva conduzida pela Assessoria Pedagógica do campus — e sugestões escritas apresentadas por estudantes do curso também foram analisados. Esses registros permitiram identificar as percepções do corpo discente quanto à organização curricular vigente, à carga horária, às práticas avaliativas e quanto ao nível de integração entre os componentes curriculares.

Considerando que o processo pedagógico é historicamente situado, os documentos institucionais da escola foram tratados como fontes valiosas de dados, oferecendo elementos que enriqueceram a compreensão sobre as decisões e os encaminhamentos adotados. A análise teve como objetivo verificar a composição do público envolvido, bem como avaliar se as sugestões oriundas dos diferentes segmentos — especialmente dos alunos — foram acolhidas ou não na versão final do PPC reformulado. Essa verificação visou identificar o grau

de efetividade da participação democrática na condução do processo, em diálogo com autores que discutem a gestão participativa e a construção coletiva do currículo.

Com base nessa metodologia, os dados foram organizados e analisados de forma a reconstruir o percurso do processo de reformulação do PPC, destacando os principais atores envolvidos, os momentos de deliberação coletiva e os registros documentais que evidenciam a dinâmica democrática adotada. A análise documental foi conduzida com atenção especial à temporalidade dos eventos, à natureza dos registros e à composição dos grupos de trabalho que atuaram na reformulação.

O processo de apresentação dos resultados, portanto, se estrutura a partir dos documentos analisados em ordem cronológica, com foco nas reuniões formais realizadas no campus, nas portarias institucionais e nas manifestações da comunidade escolar, especialmente os estudantes. A seguir, apresentam-se os principais achados, organizados a partir desses registros e agrupados por etapas fundamentais.

Quanto à Portaria nº 26 do Diretor-Geral do Campus Araçuaí, datada de 31 de janeiro de 2023, que designou servidores responsáveis por compor a Comissão de Reformulação do PPC do curso mencionado, observou-se que foram nomeados 10 membros, sendo 9 professores e 1 técnico em assuntos educacionais.

Por meio da verificação da ata da Reunião do Colegiado do Curso ocorrida na mesma data, constatou-se a presença de seis participantes nomeados pela portaria, além de uma diretora de ensino e dois membros do colegiado, todos pertencentes ao quadro de professores da instituição. Nessa reunião, destacou-se a necessidade e a importância da reformulação do PPC, em razão do descompasso do modelo vigente com as demandas atuais, o que gerava sobrecarga para alunos e servidores.

A reunião do Conselho Gestor, realizada em 09 de fevereiro de 2023, teve como pauta, dentre outros assuntos, a reestruturação do PPC do Curso. Nessa ocasião, retomaram-se discussões iniciadas em 2018, interrompidas durante a pandemia e retomadas em 2022, com a participação de membros da comunidade escolar. Estiveram presentes cinco professores, três técnicos administrativos, duas alunas, uma pedagoga, um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e um representante dos pais de alunos.

Esta metodologia possibilitou uma análise ampla e fundamentada do processo de reformulação do PPC, permitindo compreender como se deu a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, os registros das propostas debatidas, os encaminhamentos adotados e os limites observados.

Além disso, a análise dos registros revelou que a escuta ativa dos estudantes não apenas forneceu dados relevantes para a reformulação do PPC, mas também configurou uma importante instância de participação democrática, na qual os discentes puderam expressar suas percepções, demandas e sugestões, reforçando o caráter coletivo e dialógico do processo de construção curricular.

Esses registros evidenciam que a escuta dos estudantes, as reuniões com a direção, o Núcleo de Registros Escolares, os representantes de turma e os grupos de trabalho foram etapas centrais no processo de reformulação, reforçando o caráter democrático e coletivo das decisões curriculares. Dessa forma, foi possível verificar a extensão do diálogo institucional e da escuta ativa no processo de construção coletiva do currículo, cujos resultados serão discutidos a seguir.

Cabe destacar que, embora a coleta documental tenha sido extensa, o aprofundamento analítico esteve condicionado ao conteúdo efetivamente disponível nos registros acessados. A sistematização apresentada priorizou os elementos mais relevantes para os objetivos da pesquisa, respeitando os limites informacionais das fontes oficiais. Assim, a eventual ausência de maiores detalhamentos em determinados pontos não indica omissão analítica, mas reflete a escassez de dados adicionais nos documentos institucionais analisados.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no IFNMG Campus Araçuaí foi um processo longo, envolvendo múltiplos segmentos da comunidade escolar e passando por diferentes etapas, que se iniciaram em 2018, foram suspensas durante o período da pandemia e retomadas em 2022. Para maior clareza do percurso investigativo, apresenta-se a seguir uma sistematização temporal das etapas do processo de reformulação do PPC, com base nas atas, portaria e documentos analisados. O quadro detalha ações, datas, participantes e uma síntese de cada etapa.

**Quadro 1 – Etapas da reformulação do PPC**

| Etapa / Ação | Data(s) / Período | Participantes e/ou responsáveis | Síntese do Conteúdo |
|---|---|---|---|
| Início das discussões de reformulação do PPC. | 2018 | Coordenadora de Ensino, Núcleo Pedagógico, Coordenadores de Curso, docentes | Início dos debates sobre mudanças no PPC. Criação dos primeiros grupos de trabalho. |
| Suspensão dos trabalhos devido à pandemia. | 2020–2021 | – | Interrupção das atividades de reformulação. |
| Retomada dos trabalhos. | 2022 | Coordenadora de Ensino, Colegiado, Núcleo Docente Estruturante, Coordenadores de Curso | Reativação dos debates com base em novas demandas e cenário pós-pandemia. |
| Atividade de escuta com estudantes conduzida pela Assessoria Pedagógica. | 2022 | Assessoria Pedagógica, estudantes | Levantamento das expectativas e percepções dos alunos sobre o curso. |
| Levantamento de informações junto aos estudantes. | Data não registrada na documentação analisada | Representantes discentes, Coordenadores, docentes | Discussão sobre propostas e demandas estudantis, que subsidiaram a proposta de reformulação do PPC |
| Reunião com direção geral e Núcleo de Registros Escolares e Acadêmicos. | Data não registrada na documentação analisada | Direção, Núcleo de Registros Escolares, Coordenadores | Análise da viabilidade das alterações propostas, incluindo matrizes de equivalência. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Publicação da Portaria nº 26 e Reunião do Colegiado de Curso | 31/01/2023 | Diretora de Ensino, membros do colegiado e da comissão de reestruturação do PPC | Avaliação e aprovação do novo PPC. |
| Encaminhamento à Reitoria. | Após aprovação no Colegiado | Coordenação do curso e Direção de Ensino | Encaminhamento do PPC à Reitoria para análise. |
| Reunião do Conselho Gestor. | 09/02/2023 | Docentes, Técnico Administrativo em Educação, discentes, representante da EMATER e de responsáveis legais | Após retorno da Reitoria a proposta reformulada foi apresentada ao Conselho Gestor e aprovada por unanimidade pelos conselheiros. |
| Envio à instância final de aprovação: Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). | Após 09/02/2023 | Coordenação do curso e Direção de Ensino | Encaminhamento do PPC reformulado para validação final. |

Fonte: Autoria própria.

As propostas de reformulação partiram, inicialmente, das discussões do colegiado do curso, no qual se propôs uma reorganização da estrutura curricular visando a uma melhor distribuição da carga horária e inserção de projetos integradores. Esses projetos promovem a integração de conhecimentos de diferentes áreas, estimulando abordagens interdisciplinares para resolução de problemas reais.

Durante esse processo, foi analisado o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) vigente até 2022, com destaque para a legislação atualizada[4], o perfil profissional dos formandos, a organização curricular e a integração entre disciplinas. Uma das decisões importantes foi a de aplicar a nova matriz curricular também às turmas em andamento. Para isso, foi elaborada e aprovada uma matriz de equivalência, permitindo a migração das turmas ingressantes em anos anteriores para a nova estrutura.

Em relação à reunião do Conselho Gestor realizada em 09 de fevereiro de 2023, observou-se, por meio da análise da ata, que um dos pontos de pauta foi a reestruturação do PPC do curso em questão. Desde 2018, o processo de reformulação contou com a criação de grupos de trabalho, realização de palestras e momentos formativos, voltados ao debate das alterações necessárias no PPC. No entanto, em decorrência da pandemia e das novas demandas impostas ao ensino, os trabalhos foram interrompidos, sendo retomados em 2022. Nesse período, as discussões foram reativadas com a participação da coordenadora de ensino, da equipe pedagógica, dos coordenadores de curso, do Colegiado de Curso, órgão consultivo e deliberativo responsável por acompanhar, avaliar, implementar e propor alterações ao PPC.

[4] Programa de apoio à concepção e reestruturação de Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFNMG (Pro-PPC), Resolução Consup n° 364/2023 - Regulamento para oferta de carga horária a distância nos cursos presenciais de graduação e de educação profissional técnica de nível médio., Diretrizes institucionais para a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no IFNMG, Regulamento dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFNMG.

Também houve a participação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), grupo de docentes que atua diretamente na criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso.

Apesar de a ata destacar a existência desses grupos de trabalho desde o início do processo, não apresenta informações detalhadas sobre a quantidade de grupos criados, tampouco sobre a composição específica de cada um, o que limita a compreensão mais precisa da distribuição das responsabilidades no processo de reformulação. **Tal omissão documental evidencia a necessidade de registros mais completos e sistemáticos que garantam o acompanhamento claro das decisões e a legitimidade dos envolvidos.**

Segundo registrado na ata, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio constituiu-se em um processo amplo e participativo, que buscou atender às demandas do cenário educacional contemporâneo, dos servidores, dos estudantes e de membros externos da comunidade escolar. O processo foi conduzido em consonância com os pareceres da Pró-Reitoria de Ensino, visando à validação final pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).[5]

Como propostas para reformulação, evidenciou-se a necessidade de adaptações na matriz curricular, o que não apenas contemplaria as turmas já existentes, mas também se estenderia aos ingressantes em 2023. As ementas curriculares foram revistas, levando-se em consideração os significativos avanços na área da tecnologia. Houve uma reorganização dos componentes, sendo alguns aglutinados e outros criados. Entre os principais pontos debatidos e implementados, destacam-se:

- A introdução da disciplina de Espanhol, embora não tenha sido ofertada na forma prevista pela Unidade Curricular de Extensão (UCE).
- Reorganização de disciplinas com apenas uma aula semanal, como Filosofia, Sociologia e Literatura, agora ofertadas de forma semestral, mantendo a carga horária total. Essa organização visa proporcionar uma abordagem mais concentrada nessas disciplinas, permitindo que os alunos se envolvam mais profundamente com os conteúdos e tenham uma melhor compreensão dos temas abordados. Além disso, busca-se resolver algumas das dificuldades relatadas pelos professores em relação à fragmentação do ensino nessas matérias devido à sua oferta esparsa ao longo do ano letivo.
- Alteração da carga horária do curso de 3.560 horas para 3.420 horas, atendendo parcialmente às demandas de redução da carga excessiva.
- Redução da carga horária do estágio de 160 para 120 horas, justificada pelo volume de projetos desenvolvidos.
- Alterações na avaliação, com retirada do componente atitudinal, atendendo aos descontentamentos manifestados pelos estudantes.
- Uma das mudanças mais significativas diz respeito à língua estrangeira: o inglês passaria a ter uma carga horária de 80 horas no segundo ano do curso e se tornaria opcional no terceiro ano.

Na ata em análise, foi registrada uma etapa crucial no processo de reformulação, que incluiu um levantamento de dados junto aos alunos do curso. Essa etapa compreendeu reuniões realizadas com a direção geral e núcleo de registros escolares e acadêmicos, com os alunos representantes de turma e com os grupos de trabalho, direcionados pelos

[5] A Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão é um dos órgãos colegiados superiores do IFNMG. Tem funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmico-científica, didático-pedagógica, artístico-cultural e desportiva.

coordenadores desse curso e dos demais que passavam pelo mesmo processo, que ficaram responsáveis por fomentar essas discussões com os docentes.

Outra forma de participação do corpo discente se deu a partir da análise dos registros de depoimentos dos alunos do Curso de Informática obtidos em atividade de escuta desenvolvida pela Assessoria Pedagógica do Campus Araçuaí. Nessa ação, foi perguntado aos alunos quais eram as expectativas que eles tinham em relação ao curso e qual a realidade vivenciada por eles. A proposta dessa ação pela Assessoria Pedagógica do campus veio de encontro às manifestações dos alunos em atendimentos realizados ao longo do ano de 2022, o que motivou a oitiva formal das demandas dos estudantes por meio dos registros apresentados por eles. Essa atividade que tratou da inquietação dos alunos como algo relevante nesse processo de adequação do PPC condiz com o pensamento de Freire (1967) em sua obra Educação como Prática da Liberdade ao afirmar:

> Como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe? Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (Freire,1967, p. 43)

Nesse sentido, percebe-se que com essa iniciativa, buscou-se superar a ideia disseminada historicamente, de que o aluno não necessita ter a participação ativa e que os professores e gestores são os detentores exclusivos do conhecimento e da autoridade para decidir o que é melhor para eles. Essa abordagem visou equilibrar o ambiente educacional, dando espaço à voz dos alunos, entendendo que o conhecimento é construído de forma colaborativa, em que professores e estudantes desempenham papéis complementares e igualmente relevantes.

Nestes registros feitos pelos alunos foram observados e apontados, pelo corpo discente, diversos pontos que necessitavam ser revistos e melhorados dentro da prática pedagógica. As manifestações estudantis apontaram problemas como: a elevada carga horária; predominância de ensino teórico; falta de integração entre disciplinas; atividades culturais limitadas e processo avaliativo pouco flexível.

Esses apontamentos foram considerados, ainda que nem todos tenham sido efetivamente contemplados na versão final do PPC. Após analisar o PPC atualizado, foi observado que nem todas as sugestões apresentadas nas reuniões com o Colegiado do Curso e com o Conselho Gestor foram implementadas. Como por exemplo a disciplina de Espanhol que foi inserida na matriz curricular do curso, mas não como oferta pela Unidade Curricular de Extensão (UCE) que estava prevista, além de não ter sido contemplada dentre as disciplinas a serem ofertadas de forma semestral, como sugestionado. A questão da carga horária elevada que era um questionamento tanto dos alunos, como do corpo docente, sofreu uma alteração significativa, pois houve redução de 3.560 horas para 3.420 horas.

Percebeu-se uma contradição no que diz respeito às atividades práticas, pois foi uma reivindicação dos discentes para que essas fossem ampliadas, no entanto houve redução de 40 horas. Não se verificou a implementação de atividades culturais, como solicitado pelos alunos. Já os questionamentos em relação à regência de conteúdos de forma disciplinar e justaposta, foram de certa forma considerados, pois constatou-se que foi contemplada no documento atualizado, a proposta de integração curricular entre algumas disciplinas.

Do ponto de vista metodológico e participativo, a atividade de escuta dos estudantes articula-se com o pensamento de Freire (1967), ao reconhecer a importância de que os alunos não apenas recebam, mas ajam no processo educativo. Ao incluir a voz dos discentes, o processo de reformulação avança para uma construção mais dialógica do currículo, embora ainda existam limites a serem superados.

Na reunião do Conselho Gestor, realizada em 09 de fevereiro de 2023, informou-se que os trabalhos de reformulação do PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio haviam sido iniciados em 2018, com a atuação de uma equipe técnica envolvida na atualização da legislação e no aperfeiçoamento do próprio texto do documento. Após a retomada das discussões em 2022, e a escuta de diversos segmentos da comunidade escolar, o PPC reformulado foi analisado e aprovado pelo Colegiado do Curso, em 31 de janeiro de 2023. Na sequência foi encaminhado à Reitoria para parecer. Com o retorno da Reitoria, a proposta foi apresentada ao Conselho Gestor para avaliação, ocasião em que foram considerados os diferentes contextos e o perfil dos estudantes. Após os esclarecimentos e a manifestação de sugestões, o documento foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros.

A leitura crítica da Portaria nº 26, de 31 de janeiro de 2023, e das atas do Conselho Gestor revela que, embora houvesse representantes de diversos segmentos, como estudantes, pais e instituições externas, ainda havia limitações na diversidade da representação, fato que fragiliza parcialmente a dimensão democrática do processo. Levando em conta a amplitude desejada, seria vantajoso uma participação mais abrangente, contemplando diferentes cargos e membros da comunidade escolar. Nesse sentido, Veiga (1995) considera que:

> O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (Veiga, 1995, p.14)

Nesse contexto, é fundamental promover a participação democrática, no sentido de permitir que todos compreendam plenamente a importância do seu papel no ambiente escolar para alcance dos objetivos propostos. Sendo que é necessário buscar uma coerência com a realidade em que a unidade de ensino está inserida e com as necessidades diversificadas da comunidade escolar.

Dessa forma, embora nem todas as contribuições tenham sido plenamente incorporadas ao documento final, o processo de reformulação do PPC do curso analisado representou um esforço coletivo importante. Ele reafirma a relevância de se promover a escuta ativa da comunidade escolar e de se fortalecer práticas democráticas na construção de currículos mais integrados, reflexivos e sintonizados com a realidade dos sujeitos envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da participação democrática no processo de reformulação do PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFNMG Campus Araçuaí, revelou aspectos importantes a serem considerados para o aprimoramento deste ambiente educacional. Por meio da análise dos documentos que contemplam registros desse processo,

pudemos constatar que embora a gestão tenha se esforçado para envolver os diversos segmentos da comunidade escolar, a participação ocorreu de maneira parcial. Foi evidente a ausência de alguns segmentos essenciais para que o processo de reformulação se desse de forma mais participativa e democrática.

Considera-se fundamental dar voz a todos os envolvidos na comunidade educacional, respeitando o princípio da igualdade de direitos. Essa perspectiva inclui a participação de secretários, bibliotecários, técnicos de informática e outros servidores que desempenham funções administrativas essenciais na instituição. Além disso, é importante envolver profissionais que prestam apoio técnico e os que exercem funções de apoio pedagógico, como psicólogos e assistentes sociais, os quais desempenham papel fundamental no suporte ao desenvolvimento pedagógico e socioemocional dos estudantes. É importante considerar, também o envolvimento da comunidade, líderes de associações comunitárias e outros representantes da sociedade civil, que devem ser incluídos neste processo. O envolvimento de todo esse público pode oferecer perspectivas valiosas sobre a dinâmica escolar e as necessidades e desafios enfrentados pela comunidade que podem influenciar o PPC.

É válido ressaltar que essa parcialidade constatada, deve ser considerada como ponto de partida para reflexão e adequação das próximas ações. A importância de uma participação ampla e inclusiva de todos os envolvidos se destaca como um ponto de grande relevância para o sucesso de qualquer reformulação curricular. A voz de todos os segmentos da instituição e comunidade escolar é o que caracteriza a gestão democrática, que possibilita a participação efetiva desde os questionamentos, as construções e decisões, uma vez que a coletividade torna o processo transparente e mais igualitário.

Engajar todos esses segmentos da comunidade escolar no processo de reformulação do PPC não apenas promove a democratização da gestão escolar, mas também enriquece o documento com uma variedade de perspectivas e experiências, garantindo que ele seja mais abrangente e representativo das necessidades e aspirações de todos os envolvidos.

## REFERÊNCIAS

BAKUNIN, M. A instrução integral. *In*: **O Socialismo Libertário**. São Paulo: Global, p. 32-52, 1979. (Coleção bases, nº22)

BRASIL, **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 30/12/2008. Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos**. Livro eletrônico. Coordenação Carlos Artur de Carvalho Arêas. 1ed. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/WEBDesenvolvimentodeProjetosPedagogicosdeCursosTecnicos2.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2023.

BRASIL, **Resolução CNE/CP Nº 1. de 5 de janeiro de 2021 (*)** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: CNE, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2020. Disponível em: http://cnct.mec.gov.br/. Acesso em 10 de outubro de 2023.

CASTRO, L. R. de (Coord.). **Falatório**: participação e democracia na escola. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

CIAVATTA, M. A formação integrada**:** a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado:** concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2012

CIAVATTA, M. A historicidade das reformas da educação profissional. **Cadernos de Pesquisa em Educação** – PPGE/UFES, Vitória, a. 11, n. 39, v. 19, p. 50-64, jan./jun.2014. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/educacao/article/download/10246/7032. Acesso em: 29 outubro de 2023.

CIAVATTA, M. A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 de dez. 2005. ISSN 1808- 79XX. DOI: https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

FERREIRA, A. B de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., p. 1.144.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/60b90f87-e2ec-44d3-8c2a-2d5555706aaa/Pressupostos%20do%20projeto%20pedag%C3%B3gico%20%281994%29.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2023.

FIGARO, R. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, n. 9, p. 90-100, 2º sem. 2008. Disponível em: http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista9/90.pdf. Acesso em: 11 março 2024.

**IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.** ***Ata da reunião do Conselho Gestor do Campus Araçuaí, de 09 de fevereiro de 2023****.* Araçuaí: IFNMG – Campus Araçuaí, 2023. Documento interno.

**IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.** ***Portaria nº 123/2022, de 10 de março de 2022.*** Designa membros para compor o Núcleo Docente Estruturante do Curso Técnico em Informática. Araçuaí: IFNMG – Campus Araçuaí, 2022. Documento interno.

**IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.** ***Relatório de escuta pedagógica com estudantes do Curso Técnico em Informática – 2022****.* Araçuaí: Assessoria Pedagógica do Campus Araçuaí, 2022. Documento interno.

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista:** escritos selecionados. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F; TOSCHI, M.S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. Rev. Ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2013.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso: 06 de novembro de 2023.

TEIXEIRA, B. de B. **Por uma escola democrática**: colegiado, currículo e comunidade. 2000. 334f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. da. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, I. P. da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VEIGA, I. P. da. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

## Editores do artigo

Alex Lara Martins, Jandresson Dias Pires e Mariana Mapelli de Paiva